

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO: UM MARCO PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM (1874-1920).

Iury Gabriel Amorim de Araújo (1); Maria Inês Sucupira Stamatto (2)

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, iurygabriel@ufrn.edu.br

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, stamattoines@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar a história da origem e constituição do Grupo Escolar Felipe Camarão, no município de Ceará-Mirim/RN, de forma a identificar marcos institucionais, a inclusão do atendimento público feminino e percebendo também o cumprimento da legislação educacional na localidade. Demarcamos o recorte temporal de 1874 a 1920, realizamos pesquisa bibliográfica de diferentes autores que tratam da história do RN, história da educação no RN, e/ou história de Ceará-Mirim como Cascudo (1972), Araújo (1979), Moreira (2005) Senna (1974). Paralelo a esses estudos, processou-se a seleção e análise de registros iconográficos referentes ao objeto de estudo por meio do acervo disponível na obra de Alves (2008), levando em consideração as orientações de Stamatto (2009). Procedeu-se então com a seleção e análise de documentos que nos permitem coletar informações sobre o Grupo Escolar e seu primeiro edifício, como Relatórios da Província, Decreto de Criação do Grupo Escolar, Código de Ensino. E, ainda, se fez visita a espaços de memória, como afirma Xavier (2006), no qual foi possível analisar documentos como Livro de Termos Visita e Exame do Grupo Escolar em estudo. Assim, conseguiu-se discorrer sobre a origem e características do único Grupo Escolar de Ceará-Mirim, por meio da tessitura e análise de informações presentes nas diferentes fontes bibliográficas e documentais, identificando o percurso constitutivo do Grupo Escolar em estudo, em que período ocorreu o processo de inclusão de meninas na instituição e as interferências e cumprimento da legislação educacional.

Palavras-chave: História da Educação Norte-Rio-Grandense, Instituições Escolares no Rio Grande do Norte, Grupo Escolar Felipe Camarão, Casa da Instrução.

Introdução

Ceará-Mirim, município que compõe a atual Zona Metropolitana de Natal no estado do Rio Grande do Norte, vem constituindo-se desde o início do período Colonial no Brasil, com o processo de estabelecimento de povoado e fazendas nas proximidades do rio que o nomeou. Constituinte um longo processo de crescimento demográfico e econômico para, enfim, firmar-se enquanto sede municipal (1858) e posteriormente enquanto cidade (1882). Quando é elevado da condição de distrito do município de Extremoz à categoria de sede, já se encontra com grande dimensão territorial, majoritariamente de zona rural.

Marcada profundamente pelas ações provenientes da prevalência do poder da aristocracia canavieira produtora de engenhos na região, o município apresentou grande importância para a província e posteriormente para o estado do Rio Grande do Norte. Dentre

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br¹

www.cintedi.com.br

suas contribuições destaca-se o desenvolvimento de atividades econômicas resultantes de produção agropastoril, inicialmente realizada por meio da mão de obra escravizada nos engenhos e grandes fazendas.

No que tange a educação, em seu processo histórico de constituição enquanto cidade, identifica-se em SENNA (1974) a instalação de diferentes instituições escolares entre os períodos imperial e início do período republicano no Brasil. Seriam essas: 06 escolas criadas durante o período Imperial e 15 escolas durante as primeiras décadas da república, quantitativo este que foi crescendo posteriormente. Dentre todas essas, a Casa da Instrução que dera origem, por ser aproveitada, a uma das mais divulgadas instituições na região durante o início da república, um Grupo Escolar. Instituição essa conhecida principalmente pela relação com o barão de Ceará-Mirim, quem possibilitou a construção do edifício. O Grupo Escolar, por sua vez, hodiernamente apresenta relação com uma escola ainda ativa, por ter sido transformado em Escola Estadual.

Assim, o movimento de instauração de instituições para instrução em Ceará-Mirim ao longo dos períodos Imperial e Republicano nos pressupõe que o município esteve ativo no acompanhando, ou ao menos em tentativa, quanto à dinâmica do desenvolvimento dos processos educacionais formais da Província e, posteriormente, estado do Rio Grande do Norte.

Mesmo relativamente difundidas por meio de livros e documentos as informações desses significativos processos relacionados à educação, o quantitativo de produções acadêmicas que versam especificamente sobre o processo de instalação desse tipo de instituição na localidade ainda é limitado. O que se torna um risco para a preservação da memória e pode limitar a escrita da história da educação local, por conseguinte da educação potiguar. É preocupante este cenário, pois devido a pouca atenção e/ou importância atribuída à temática, podem-se perder com o tempo e ações de risco as possíveis fontes de informações sobre essas instituições, como ocorrera com o Grupo Escolar Felipe Camarão.

Diante esta problemática, este trabalho desenvolveu-se a partir da tentativa de escrita da história da instalação dessa instituição. Consideramos então como recorte de pesquisa sobre a constituição dessa história todo o processo iniciando com a construção do primeiro edifício que sediou o Grupo Escolar de Ceará-Mirim desde o ano de 1874 até o ano de 1920, quando é produzido o Livro de Termos de Visita e Exame com data mais próxima – que foi possível localizar – da fundação do Grupo Escolar, onde registraram-se as avaliações

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

institucionais. Logo, investigando por meio da exploração de informações ainda acessíveis em diferentes fontes, elementos propulsores da instalação dessa instituição, que ainda hoje apresenta relações de permanências na localidade e que durante a transição do período imperial ao republicano também representou à localidade característica de alteração, mas também de permanências. Encerrando essa trajetória inicial buscando informações sobre alguns de seus aspectos constitutivos durante a primeira década de funcionamento, como o público atendido, para que se verifique nesse percurso como ocorreu a inclusão de diferentes crianças.

Para que fosse possível produzir este trabalho, foi necessário o estudo de produções de autores estudiosos da história da educação no estado do Rio Grande do Norte, como Araújo (1979) e Moreira (2005); de autores que discorrem acerca da história do município a partir da descrição de seus diversos aspectos socioeconômicos e ambientais, como Senna (1974) e Medeiros (1973), também, os que versam sobre a história do Rio Grande do Norte, como Cascudo (1972). A seleção e análise de registros iconográficos do acervo de fotografias disponibilizado por meio da obra de Alves (2009), em que é possível identificar informações acerca da instituição estudada, e alguns dos aspectos relacionados ao momento de sua criação, considerando as orientações de Stamatto (2009).

Procedeu-se com a seleção e estudo a documentos como: Relatórios da Província, que nos possibilitam informações sobre a construção do edifício dessa instituição; o Decreto de Criação do Grupo Escolar Felipe Camarão, que nos possibilita a pista/demarcação documental sobre a fundação da instituição no período republicano; o Código de Ensino que nos apresenta o modo como se tentara organizar essa configuração de instituição escolar no estado do Rio Grande do Norte no início da república.

Por fim, realizou-se visitas à escola que possui como antecedente o grupo escolar que funcionou no município. Visto que consideramos, conforme as características apontadas por Xavier (2006), esta escola como propulsora da construção de um espaço de memória. Pois nela, mesmo que em pequena quantidade, estão sendo reunidas fontes para ser consultadas para pesquisa. Logo, uma espécie de depositário da sua memória institucional, passando a constituir seu patrimônio, como Livro de Termos Visita e Exame do Grupo Escolar em estudo, que apresentam dados sobre o funcionamento da instituição, livros de atas, a placa de inauguração do Grupo Escolar, dentre outros.

Assim, este trabalho apresenta inicialmente o processo de criação do edifício que serviu de primeira sede para o Grupo Escolar de Ceará-Mirim, bem como os indicadores de motivos que o fizeram surgir e seu marco de transformação num modelo republicano de educação. Prosseguindo com análise comparativa da relação desta instituição com os moldes republicanos verificando por meio da legislação e o contexto educacional do Rio Grande do Norte durante o início da república, para que se compreenda alguns dos aspectos constitutivos desse Grupo Escolar, analisando não apenas registros escritos, mas também registros iconográficos.

A construção de um edifício para instrução em Ceará-Mirim (1874-1878): a história de um baronato e origem do edifício do futuro Grupo Escolar Felipe Camarão.

“[...] o diploma de 8 de julho de 1874 [...] informa que a benemerência se devia aos relevantes serviços prestados à instrução pública na Província do Rio Grande do Norte.” (CASCUDO, 1972, p. 231)

Nos estudos bibliográficos realizados durante esta pesquisa, foram claramente perceptíveis a afirmação de autores como Araújo (1979), Cascudo (1972), Moreira (2005), Senna (1974), acerca de afirmação sobre a construção e doação de um edifício em Ceará-Mirim no ano de 1978, especialmente para a instrução. Tal atitude viera gerar o título de Barão de Ceará-Mirim ao senhor de engenho Manoel Varela do Nascimento, o doador do prédio.

Desse modo, não nos dedicaremos aqui a contestar a afirmativa desta relação, visto que todos os resquícios imagéticos e documentais encontrados nos apontam informações que remetem à sua a confirmação. Porém é objetivo nosso compreender melhor a origem e motivações de tal acontecimento e o posterior Grupo Escolar.

Para Araújo (1979), este não foi o único baronato associado à doação de prédio dedicado à instrução no Rio Grande do Norte, visto que ocorrera um outro feito como este no Município de São José de Mipibu:

Como seguidor de Manoel Varela do Nascimento, Barão do Ceará-Mirim, conhece-se apenas referências feitas ao gesto de Miguel Ribeiro, que doara um prédio escolar a São José de Mipibu, em consequência, recebeu o título de Barão de Mipibu, por Decreto Imperial de 18 de março de 1877. (p.48)

Contudo vale ressaltar um questionamento: a autora menciona Miguel Ribeiro como seguidor, pelo seu baronato resultante de ato semelhante. Porém esse recebera o título de Barão de Mipibu já em 1877, um ano antes da construção do edifício para funcionar a instituição que gerou o baronato do senhor Manoel Varela.

O que pode ser explicado pelo fato de que este segundo recebeu seu título anos antes da entrega do edifício que o fez receber o título. Ou seja, Manoel Varela recebe seu título pelo Decreto Imperial de 22 junho de 1874 e o diploma de 8 de julho de 1874 (CASCUDO, 1972).

Esse, por sua vez, era proprietário de terras e de engenho – mais conhecido pelo Engenho São Francisco e casa grande com mesmo nome –, homem de carreira política e militar, Manoel Varela atuou na região leste potiguar assumindo diversas funções administrativas e de segurança pública.

[...] Alferes de segunda linha (1828); Coronel da Guarda Nacional com jurisdição nos municípios de Natal, São Gonçalo, Extremoz e Touros; presidiu a Câmara Municipal de Extremoz (1829-1832 e 1837-1840); foi Deputado Provincial (1868-1869); 3º vice-Presidente da Província (1868), e, enfim, Barão do Ceará-Mirim (decreto imperial de 22.06.1874). (CASCUDO, 1972, p. 430).

Dentre todas essas titulações, a que mais nos interessa neste trabalho é justamente esta última condecoração mencionada pelo autor, e suas justificações, visto a semelhante afirmação entre diversos autores supracitados. O que nos leva a abrir um parêntese para percepção panorâmica daquele momento no município.

Neste período percebemos que Ceará-Mirim já era destacado por sua produção, principalmente da cana-de-açúcar, atividade essa que se tornou um dos pilares econômicos de produção da província. O município alcançou desde 1859 o quantitativo de 42 engenhos, o segundo município com a maior quantidade de engenhos (MEDEIROS, 1973). *Status* que se mantém, de produtor, por muitas décadas, visto que nos anos de 1920 a produção açucareira de Ceará-Mirim é permanecida e ainda aperfeiçoa seu maquinário com a instalação de usinas, dentre elas, uma no antigo engenho do senhor Manoel Varela. A usina recebe o mesmo nome, e na atualidade ainda resiste o edifício.

Desse modo, ganha peso o relato de Araújo (1979) quando afirma que:

[...] incentivados pelas leis provinciais, começam as doações particulares em prol da construção de prédios escolares, em troca de prebendas. Ceará-Mirim, em 1878, viria a ser a primeira cidade interiorana que construiu um prédio com a única finalidade de ser escola, doação do Barão de Ceará-Mirim, Sr. Manoel Varela do Nascimento. (p. 48)

A autora se refere a antiga Casa da Instrução de Ceará-Mirim. E, além de apontar tal marco educacional na região interiorana do estado, ainda nos ajuda na compreensão do motivo de ter sido escolhido Ceará-Mirim local de construção de tal edifício de dedicação à instrução, quando menciona que: “A Lei nº 671 de 5 de agosto de 1873, instituiu imposto

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br⁵

www.cintedi.com.br

para ser revertido na construção de prédios escolares, com a condição, porém, de que a reversão somente poderia ser feita no local onde houvesse sido efetuada a cobrança”. (p. 48). Desse modo, pela força da lei, o Barão de Ceará-Mirim, recebera seu benefício voltado para a localidade em que tinha posses.

Ademais, alguns documentos nos possibilitam melhor compreensão desse acontecimento, uma titulação que Cascudo (1972) considera como “baronato por antecedência”. Nos Relatórios de Província do Rio Grande do Norte estão descritas seguidas menções referentes a construção de casa para funcionar uma escola em Ceará-Mirim. Sendo essas o Relatório de 1974 afirmando o feito: “Finalmente com muito prazer registro o donativo de 5:000\$000 feito pelo abastado agricultor, coronel Manoel Varella do Nascimento, para ser aplicado a um edifício para a escola na Villa do Ceará-Mirim” (RIO GRANDE DO NORTE, 1874, p. 31); o Relatório de 1877, afirmando seu processo de edificação: “Está em construção e brevemente se concluirá a que foi oferecida pelo Sr. Barão do Ceará-Mirim” (RIO GRANDE DO NORTE, 1877, p. 39); e o Relatório de 1878 que confirma a prontidão da edificação:

“Folgo de consignar aqui a entrega, que de um excelente prédio, fez o Exm. Barão de Ceará-Mirim, na villa deste nome, segundo sua honrosa oferta, que o há de immortalizar: porque com efeito dotou o município com uma obra de grande valor e nobre destino.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1878, p. 22).

Neste último relatório se apresenta ainda uma sucinta descrição em relação a entrega do edifício e, também, do seu estado. Edifício que fora utilizado, inicialmente, apenas à instrução para meninos – diferente do documentado previamente –, justificando-se pela ausência de condições para permanência dispendiosa da atuação de uma professora para que atendesse a um público feminino, visto as exigências da época:

Recebendo no dia 5 de Novembro as respectivas chaves da mão daquele venerando titular, passei-as ao delegado litterario, e fazendo lavrar um termo, no qual assignaram commigo, o ofertante, o Dr. Chefê de Policia, o Dr. Juiz de Direito da comarca e muitos outros cidadãos importantes, mandei, que se dêsse a devida applicação ao referido prédio, cuja construção tem a necessária solidez e preenche os fins desejáveis.

Parece-me entretanto mais acertado resolver, que nesse edificio deixasse de funcionara aula do sexo feminino; porque nas condições financeiras em que se acha entre nós uma professora, seria impor-lhe o maior sacrificio, obrigar-a a despesas superiores á suas forças, para sahir diariamente de sua casa com custosa decência exigida pelo publico, pouco razoável e sempre prompto á criticas esmagadoras.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1878, p. 22).

Então, financiada a construção pelo Cel. Manoel Varela (1874), recebendo ao mesmo ano de financiamento a titulação de Barão – e não no ano de entrega do edifício (1878), a

instituição culminou de um processo de doações coletivas. Como percebemos no Relatório da Província de julho de 1874, com doações de mobiliário por José Ignácio Fernandes Barros para compor o prédio:

“[...] querendo dar um testemunho do seu interesse pela instrução publica, comprometeu-se a dotar o futuro edifício com os móveis e utensílios, necessários, que mandará vir dos Estados Unidos da America do Norte” (RIO GRANDE DO NORTE, 1874 p. 31).

O referido acima, Juiz Municipal em Natal e em Ceará-Mirim, além de ter desempenhado funções administrativos e jurídicos em outras localidades, era sogro de Manoel Varela, como afirma Cascudo (1972). O que pressupõe uma maior articulação entre os senhores para a efetivação de sua feita.

Com essas afirmações, percebemos então um ato realizado em situação propícia para o senhor de terras, pela possibilidade de benefícios e, ao mesmo tempo, justificando-se como ato importante para a educação na região e no estado, visto que se encontrava num momento que Araújo (1979) considera instável em relação permanência de instituições escolares na província, que menciona como “vaivém continuado”.

Momento em que, conforme identificado nos Relatórios de Província, a educação primária é declarada por vezes satisfatória, vezes insuficiente. Satisfatória, dentre outras afirmativas, pelo acréscimo de escolas primárias instaladas na província, como descritos nos relatórios entre os anos 1874 (descrito 82 escolas públicas), 1875 (descrito 96 escolas públicas) e 1877 (descrito 101 escolas públicas) (RIO GRANDE DO NORTE, 1874, p.30; 1875, p.29; 1877, p.38).

Contudo, também presente neste recorte temporal – referente ao período entre a titulação do Barão à entrega do edifício (1874-1878) – episódio de declaração de insatisfação no tocante à instrução primária. Percebemos o Relatório de Província de 1876 em que se contabilizam 97 cadeiras de instrução pública e declaração de insatisfações para com o magistério atuante na província, e o relatório de 1878, afirmando o quantitativo de 77 cadeiras e, além desse decréscimo, ainda menciona a carência de desenvolvimento regular da instrução primária. (RIO GRANDE DO NORTE, 1876; 1978). Contudo, vale lembrar que apenas a instalação inconstante dessas instituições não garante a situação de abrangência de educação a todos e todas. Sobre esse período, identificamos ainda nos estudos de Stamatto (1996) que no RN o acesso que as crianças do sexo feminino tinham em relação ao total de atendimento nas escolas primárias públicas totalizava um percentual um pouco superior a 30%. Percebemos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br⁷

www.cintedi.com.br

então que o RN estava ainda iniciando a ampliação do processo de inclusão do sexo feminino na rede pública, no ensino primário.

E neste Cenário é construído o prédio que serviria para funcionamento da Casa da Instrução de Ceará-Mirim, a qual Senna (1974, p. 106) menciona como “Ateneu Ceará-Mirinese”, afirmando ainda que funcionou entre os anos de 1878 até 1909.

Essa afirmação podendo estar relacionada pelo fato de ser instalada, conforme Araújo (1979) citando Relatório da Província (RIO GRANDE DO NORTE, 1885), a cadeira de Latim, ministrada conjuntamente com a cadeira de Francês pela Lei nº 953 de 16 de abril de 1885. Desta forma, como menciona Araújo (1979) em conformidade com os Regulamentos de 1872 e 1878, em que se definiu que tais cadeiras avulsas de ensino secundário seriam dependentes do Ateneu e ainda ministradas cumulativamente. A Casa a Instrução limitou-se apenas à instrução masculina, visto que, como afirma Lima (1927, p.118), no prédio da Casa da Instrução, consta no ano de 1883, apenas o atendimento de uma turma

Ou seja, percebemos que na Casa da Instrução, situada nas proximidades da Igreja Matriz, como percebemos na obra de Alves (2008, p.21), foi instruído apenas o público masculino. Característica essa de atendimento em relação a gênero só é alterada após a sua transformação em Grupo Escolar, com as reformas advindas durante o período republicano.

A instalação do Grupo Escolar Felipe Camarão (1912)

No ano de 1908 inicia-se o processo de reforma educacional no Rio Grande do Norte¹. Pela força do Decreto nº 174, de 05 de março de 1908 iniciou-se a instalação da configuração de instituição Grupo Escolar, sendo o primeiro do estado o Grupo Escolar Augusto Severo, cujo regimento previa que funcionasse conforme métodos modernos e de forma graduada em classes distintas, e posteriormente pelo Decreto nº 198, de 10 de maio de 1908 este grupo escolar é declarado como Escola Modelo (ARAÚJO, 1979). A autora ainda cita o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, que prevê a criação de grupos escolares nas sedes de comarca, fossem em prédios existentes ou nos que fossem construídos para tal finalidade (RIO GRANDE DO NORTE, 1908 *apud* ARAÚJO, 1979). Dessa forma, no município de Ceará-Mirim, foi instalado então o Grupo Escolar Felipe Camarão pelo Decreto nº 266 de 23 de março de 1912. Consciente desta instalação buscou-se investigar onde foi instalado esse Grupo Escolar.

¹Conhecida como “Reforma Pinto de Abreu” (Araújo, 1979, p. 118).

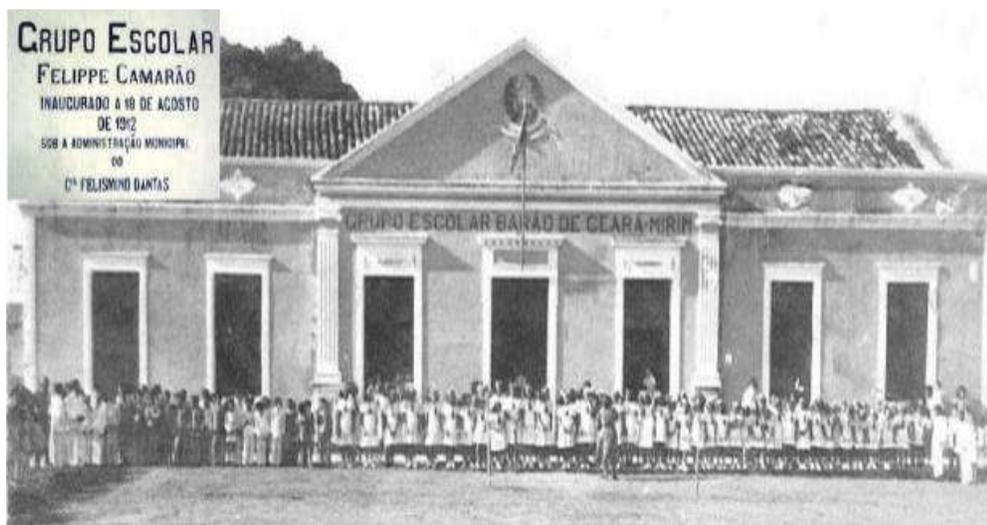
Por meio da obra de Alves (2008) identificamos fotografias de um mesmo prédio, porém com algumas diferenças. Logo, percebendo que Casa da Instrução sofreu alterações, sendo transformada em grupo escolar.

Fotografia 01 – Largo da Matriz. Localização do edifício da Casa da Instrução.



Fonte: ALVES, Gibson Machado. **Ceará-Mirim Memória Iconográfica**. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2008, p.21.

Fotografia 02 – O edifício do Grupo Escolar do Município de Ceará-Mirim. Na imagem estão dispostas a Placa de inauguração do Grupo Escolar Felipe Camarão em 1912. E na fotografia em segundo plano, estão os alunos e alunas frente ao prédio onde funcionou o Grupo Escolar Felipe Camarão, mas na ocasião já ocorrera a sua alteração quanto ao nome, para Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim.



Fonte <<http://escolabaraocm.blogspot.com.br/>>.

Realizando análise iconográfica, ou seja, acerca das informações quanto ao conteúdo do documento, podemos perceber inicialmente três elementos. O primeiro deles seria a presença do público feminino na reformada instituição – o que não ocorreu no período anterior da Casa da Instrução, conforme os registros já mencionados. A presença desse público pode ser confirmada também nos registros escritos do Livro de Termos de Visita e Exame (com registros de 1918-1936) do Grupo Escolar Felipe Camarão, no qual constam dados da matrícula no ano de 1920: 26 alunas, com frequência de 34 dessas, sob responsabilidade da professora Francisca Soares da Câmara e também na escola infantil-mixta do grupo com 50 matrículas e 45 frequências registradas, sob responsabilidade da professora Maria Julieta de Moura (GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO, 1918). Conforme o seu decreto de criação, seria esse Grupo Escolar constituído de uma escola elementar para cada sexo e uma mixta infantil (RIO GRANDE DO NORTE, 1912), contudo, é curioso perceber que o no Livro de Termos de Visita e Exame acima mencionado, só consta a presença de escola feminina a partir de 1920, o que nos pressupõe uma possível oscilação quanto o atendimento deste público.

O segundo elemento seria as alterações na estrutura física do prédio, como a instalação de símbolos da república e mastros, forte aspecto de diferenciar o mesmo edifício em períodos distintos. E um terceiro elemento seria e a alteração do nome do grupo escolar para Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim, presente na frente do prédio. Esta alteração podendo ser identificada no Livro de Entrada e Saída de Papéis (1937), pertencente e disponível no espaço de memória em construção da Escola Estadual Barão de Ceará-Mirim. Percebemos a primeira na utilização da nomenclatura “Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim” no ano de 1938. Identificamos então que já se atendia ao público feminino desde antes de tal alteração.

É possível ainda analisar nas fotografias outros elementos que contribuíram para a aceitação da instalação de um grupo escolar num prédio vestígio do período imperial, visto que o Grupo Escolar permanece sediado no mesmo prédio da Casa da Instrução, demolido no ano de 1960, conforme Moreira (2005). Destaco para tanto que algumas das exigências para as escolas conforme o Código de Ensino de 1911 em relação à edificação no que tange a estrutura externa foram atendidas.

Citaremos então a exigência de ser situado “em terreno elevado e secco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pantanos e logares suspeitos” exigida no Artigo 43º (p. 96). Essa exigência sendo atendida, visto que o prédio

estava situado no Largo da Igreja Matriz – como percebemos na Fotografia 1, terreno elevado em relação ao leito de rio mais próximo, embora pouco distante, mas não suficiente para ser afetado por uma elevação no volume d'água, bem como não estava situado em meio a atividades industriais.

Atendia também aos artigos 44º e 45º do referido Código de Ensino, que exigia que a edificação fosse arejada, bem iluminada pelo sol, de forma também que as classes recebessem iluminação de forma conveniente (1911, p. 96). Analisando a Fotografia 2, bem como na obra de Alves (2008, p.23) percebemos que o prédio dispunha de aberturas em todos os lados na forma de janelões, de forma suficiente para que o prédio fosse bem arejado e recebesse boa iluminação da alvorada do dia ao ocaso. Assim, é possível perceber nas fotografias que registram a parte externa do prédio o cumprimento parcial do exigido no período.

Considerações Finais

Nesta pesquisa foi possível além de escrever a trajetória da instalação de diferentes instituições escolares em Ceará-Mirim, identificar as alterações institucionais ocasionadas pela força da legislação estadual na localidade, que causaram contínuas reconfigurações institucionais sediando-as num mesmo edifício desde o Império até as primeiras décadas da República. Demonstrando então a possibilidade de aproveitamento de uma mesma estrutura física em diferentes períodos para utilização de instituições escolares de diferentes configurações – casa da instrução (1888) e grupo escolar (1912) – possibilitadas, ao menos, pela localização em que se estava construído o edifício aproveitado. Além disso identificou que o acesso do público feminino naquela estrutura privilegiadamente centralizada no município só foi possível após a instalação do Grupo Escolar Felipe Camarão, por meio da escola elementar feminina e infantil-mixta. O que demonstra o direcionamento do atendimento à educação primária deste público durante o império e primeira década da república a outros espaços da localidade que não foram planejados com único fim de funcionamento de instituição escolar. Pela análise realizada, identificou-se que quanto aos aspectos externos exigidos a instituição estava minimamente atendendo aos critérios estabelecidos no código de Ensino, sendo esse um ponto facilitador da instalação de um Grupo Escolar no edifício, além da possibilidade decretada anteriormente,

A pesquisa então possibilitou a efetivação de estudo sobre um grupo escolar ainda não investigado em sua trajetória de constituição, demonstrando como o estudo iconográfico pode suscitar importantes questionamentos e informações para o desenvolvimento de pesquisas

acerca das instituições escolares. Assim, o trabalho colabora também com a escrita da história da educação potiguar e com o Laboratório de História e Memória da Educação do Centro de Educação da UFRN, com a produção científica e com a coleta de documentos.

Referências

ALVES, Gibson Machado. **Ceará-Mirim Memória Iconográfica**. Ceará-Mirim: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1979.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal-RN, Fundação José Augusto, 1972.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Entrada e saída de papéis**.Ceará-Mirim, 1937.

GRUPO ESCOLAR FELIPPE CAMARÃO. **Termos de Visita e Exame**.Ceará-Mirim, 1918.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de Ensino Primário**. Natal: Typ. d' "A República", 1927.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal, Imprensa Universitária, 1973.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar "Augusto Severo"** – Natal/RN – 1908-13. 2005. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2005.

SENNA, Júlio Gomes de. **Ceará-Mirim: exemplo nacional (1938-1972)**. Rio de Janeiro: Potengi, v. 2, 1974.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n. 261 de 28 de Dezembro de 1911**. Cria o Código de Ensino. In Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte (1911). Natal: Tipografia d'A República, 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 266 de 23 de março de 1912**. Cria o Grupo Escolar Felipe Camarão. In Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909). Natal: Typographia d'A República, 1912.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **As meninas iam à escola no século passado?** (a província do Rio Grande do Norte – 1835/1889). In. STAMATTO (org.). Recortes: momentos da educação norte-riograndense. Natal: Editora da UFRN, 1996. p. 13-25.

STAMATTO, Maria Inês S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, João Maria Valença; STAMATTO, Maria Ines S. (Orgs.) **História ensinada e a escrita da história**. Natal-RN: EDUFRN, 2009. p. 129-149.

XAVIER, Libânea. Apreciação dos trabalhos de Memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Trabalhos apresentados no Seminário Memória, documentação e pesquisa: universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciências e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007.